

1. **CÂMARAS SETORIAIS APRESENTAM DEMANDAS DO SETOR AO MINISTRO DA AGRICULTURA**
2. **CÓDIGO FLORESTAL É PRIORIDADE NO CONGRESSO NACIONAL**
3. **COMMODITIES AGRÍCOLAS**
4. **DESACELERAÇÃO GLOBAL PODE DERRUBAR PREÇOS (ARTIGO)**
5. **DILMA COBRA RESULTADOS E PRAZOS PARA ENTREGA DAS OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO**
6. **EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO TÊM QUEDA DE 4,5% EM JANEIRO**
7. **FAO ADOTARÁ CONTROLE DE VENDA DE TERRAS PARA ESTRANGEIROS, DIZ JOSÉ GRAZIANO**
8. **GOVERNO SUBSIDIARÁ MILHO PARA RAÇÃO EM REGIÕES AFETADAS PELA ESTIAGEM NO SUL**
9. **IBGE REDUZ EM 0,81% A PROJEÇÃO PARA A SAFRA DE GRÃOS**
10. **MILHO AMPLIA RECORDE DA SAFRA MINEIRA EM 2012 PRODUTO RESPONDE POR 63,7% DA PRODUÇÃO TOTAL DE GRÃOS DO ESTADO**
11. **MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL DESISTEM DE RECURSOS CONTRA A SECA**
12. **NOVO MARCO REGULATÓRIO DO BODIESEL DEVE SER ANUNCIADO EM MARÇO**
13. **PRODUÇÃO GLOBAL DE CEREAIS FOI RECORDE EM 2011, APONTA FAO**
14. **PRODUTORES AGRÍCOLAS DO PR QUEREM DISCUTIR NOVAS TARIFAS FERROVIÁRIAS**
15. **PRODUTORES PEDEM QUE GOVERNO INVESTIGUE IMPORTAÇÕES DE LEITE**
16. **QUEDA DE PREÇOS DOS ALIMENTOS AJUDA A REDUZIR RITMO DE INFLAÇÃO EM SÃO PAULO**
17. **RABOBANK IRÁ AUMENTAR FINANCIAMENTO AGRÍCOLA MUNDIAL**
18. **RIO+20 CORRE RISCO DE NÃO CHEGAR A LUGAR NENHUM, ALERTA EX-MINISTRO**
19. **RURALISTAS SE ARTICULAM PARA MUDAR CÓDIGO FLORESTAL**
20. **TESOURO AUTORIZA EMISSÃO DE R\$ 49 BI EM TÍTULOS PARA COBRIR PREJUÍZO COM RESERVAS INTERNACIONAIS**
21. **USDA PREVÊ QUEDA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO**

CÓDIGO FLORESTAL É PRIORIDADE NO CONGRESSO NACIONAL

Parecer da Câmara sobre alterações feitas pelo Senado será apresentado na segunda quinzena de fevereiro

O novo relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, deputado Paulo Piau anunciou que dará o parecer sobre o texto na segunda quinzena de fevereiro. A previsão é de que o PL 1876/99 seja votado nos dias 6 e 7 de março.

O texto foi aprovado na Câmara em maio do ano passado e revisado pelo Senado em dezembro último. Até a votação, a expectativa é por mais polêmica, pois os deputados ainda não chegaram a um acordo sobre as modificações feitas pelos senadores.

Na opinião de Piau, houve avanços principalmente na clareza da redação e nos aspectos legal e constitucional. "Esse aspecto jurídico é muito importante, porque não podemos ficar na insegurança por falta de definições claras", sustenta.

Piau elogia ainda a autorização, incluída pelo Senado, para que a Câmara Brasileira de Comércio Exterior crie barreiras à importação de países que adotem medidas de preservação ambiental menos severas que as brasileiras e a possibilidade de o governo pagar para quem realizar ações de preservação ambiental. Mas discorda da definição de bacias críticas, onde há maior potencial para ocorrência de conflitos pelo uso da água. "Deixa espaço para uma avaliação muito subjetiva", diz.

Na atual fase de tramitação, em que um texto foi aprovado na Câmara e outro no Senado, o relator não pode mais fazer alterações de mérito. Deve apenas optar pela redação de uma das Casas, como prevê o regimento comum do Congresso.

Principal mudança

A mudança mais significativa promovida no Senado foi a definição de um limite claro para as atividades irregulares em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e em reserva legal que poderão ser mantidas: todas aquelas iniciadas até 22 de julho de 2008. As ocupações iniciadas após essa data terão de ser suspensas e a vegetação, recuperada.

Esse limite corresponde ao dia da edição do segundo decreto (6.514/08) de regulamentação da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), que define as punições para produtores em situação irregular. As multas, que são cumulativas, começam entre R\$ 50 e R\$ 50 milhões.

Desde o início da discussão do projeto, a recomposição de ocupações consolidadas em locais proibidos é o ponto mais controverso, justamente devido às multas a que os proprietários rurais em desacordo com a lei estarão sujeitos, caso não sejam anistiados. O texto aprovado na Câmara também menciona a data de edição do decreto 6.514/08 como limite para o início de atividades que serão anistiadas, mas apenas em APP - em relação à reserva legal, não cita data.

Além disso, segundo especialistas, como o texto não obriga o produtor a aderir ao programa de regularização ambiental para que haja a continuidade das atividades ilegais, abre-se uma brecha para que ocupações irregulares iniciadas em APP após a edição da lei também sejam passíveis de perdão.

O substitutivo da Câmara também admitiria qualquer atividade agropecuária em APP, pois permite a retirada de vegetação nos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto, além de autorizar a definição de outros critérios em regulamento.

Código também será prioridade para FPA

Durante a primeira reunião do ano realizada na terça-feira, 7, pela Frente Parlamentar Agropecuária, ficou definido que a votação do novo Código Florestal será uma das prioridades da comissão.

Os parlamentares vão pressionar para evitar que haja novos adiamentos na votação do projeto. "Ficaremos como guardiões, o novo código já está maduro, bem ajustado e não há motivos para adiar", afirma o deputado Nelson Padovani.

Os demais temas que merecerão destaques são a medida provisória que altera os limites de áreas de conservação na Amazônia, a PEC sobre demarcação de terras indígenas e a criação de uma legislação trabalhista específica para o campo.

Confira mais matérias em Notícias Relacionadas

Fonte: Agência Câmara de Notícias

RURALISTAS SE ARTICULAM PARA MUDAR CÓDIGO FLORESTAL

Ruralistas querem o retorno do Código Florestal aos moldes dos textos inicialmente formulados por Luiz Henrique e Aldo Rebelo – ABr

Faltando aproximadamente um mês para a votação do projeto que reforma o Código Florestal Brasileiro, a bancada ruralista se articula para fazer mudanças no texto aprovado pelo Senado no ano passado. Por enquanto, os deputados ligados às frentes parlamentares da área pretendem mudar quatro pontos do projeto, que deve ser votado nos dias 6 e 7 de março. A aprovação do

*Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

Código Florestal é uma das prioridades do Palácio do Planalto para 2012.

A intenção do governo é que seja mantido o texto aprovado pelo Senado em 6 de dezembro do ano passado. Na oportunidade, o substitutivo elaborado pelos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) foi considerado pelos colegas como de "amplo consenso". O texto tentou amenizar as derrotas sofridas pelos ambientalistas na sua primeira passagem pela Câmara. Mas, mesmo assim, foi criticado pelos ecologistas. Agora, os ruralistas articulam-se para impingir aos ambientalistas novas derrotas. Assim, a tramitação do projeto na Câmara deve ser marcada novamente pelo embate entre ambientalistas e parlamentares ligados à produção agrícola.

Senado conclui votação do Código Florestal

Código Florestal ficará para o ano que vem

O primeiro ponto que os ruralistas vão tentar retirar o texto é a possibilidade de a legislação federal ser concorrente à dos estados. Eles entendem que cada unidade da federação deve ter suas regras para o respeito ao meio ambiente, o uso do solo e da água. "Queremos a volta da redação dada pelo Aldo e pelo Luiz Henrique", afirmou o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). Ele fez referência ao texto do relator na Câmara, do atual ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e a primeira versão feita no Senado, por Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

Na visão de Colatto, não é possível tratar como iguais estados e realidades ambientais e geográficas diferentes. Para isso, cita o exemplo de Santa Catarina, que aprovou um código ambiental local em 2009. De acordo com o peemedebista, a área verde catarinense aumentou desde que as normas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa. Polêmica, a proposta foi contestada pela Procuradoria Geral da República.

Desde abril do ano passado, a ação direta de inconstitucionalidade está no gabinete do relator no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, para conclusão do voto. Até o momento não há previsão de quando a ADI pode entrar na pauta da mais alta corte do país. A ação tinha tutela de urgência, pedindo a concessão de liminar. Na época, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, disse existir a possibilidade real de severos danos ao patrimônio ambiental de Santa Catarina.

Para o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), outro problema no texto, na visão de ruralistas, são as áreas de proteção permanentes (APPs). São locais frágeis, como beiras de rios, topos de morros e encostas, e que não podem ser desmatados para evitar erosão, deslizamentos, destruição de nascentes, entre outros problemas. São 30 metros de faixa de mata que deve ser conservada na beira de rios.

O projeto aprovado no Senado permite a utilização de APPs para alguns tipos de cultivo. Em encostas de até 45 graus, ficaria permitida a pecuária. São necessários 15 metros de faixa de mata para os cursos d'água. Os ruralistas querem ampliar ainda mais as possibilidades. "O texto do Senado traz problemas para produtores de fumo e de arroz, por exemplo", afirmou Heinze.

Indenização

Outra mudança que os ruralistas articulam é quanto à indenização aos agricultores quando uma área for considerada improdutiva. Isso pode ocorrer caso a área esteja dentro dos limites da proteção ambiental, ou se o dono do terreno burlar a legislação em vigor. "A lei está tirando a obrigação da indenização. Além disso, prevê que o agricultor repare a área atingida", afirmou Colatto.

A consolidação das áreas rurais também é outra mudança que os ruralistas querem ver aprovada. No texto aprovado pelo Senado, as áreas urbanas que serviram para empreendimentos residenciais serão acrescentadas ao plano diretor de cada cidade. Isso não acontece nas zonas rurais, segundo o peemedebista. "Se as áreas urbanas foram legalizadas e são a grande fonte de lixo, por que as áreas rurais não foram?", questionou Colatto.

Veto

Tomando como exemplo a primeira passagem do Código Florestal pela Câmara, quando foi aprovado o texto de Aldo Rebelo, tudo indica que os ruralistas têm mais força que os ambientalistas no plenário. Assim, a maior expectativa dos parlamentares ligados à causa ambiental é que a presidenta Dilma Rousseff vete as eventuais modificações que forem feitas pelos ruralistas na

Câmara. E até mesmo alterações que foram feitas antes no Senado. Porque mesmo a manutenção do texto vindo do Senado é considerada prejudicial pelos ambientalistas. "Nenhum dos dois pareceres são bons, eles não atendem ao interesse nacional", afirmou o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

Enquanto o relator do texto na Câmara, Paulo Piau (PMDB-MG), ia até o Palácio do Planalto para se reunir com o governo para tratar do projeto, o tucano recebia em seu gabinete representantes de entidades de proteção ao meio ambiente. De acordo com Maria Cecília Wey de Brito, secretária-geral do WWF-Brasil, os deputados não podem repetir os erros cometidos em 2011.

"O texto foi votado às pressas e sem debate pelos deputados. No Senado, aconteceram discussões, mas as sugestões apresentadas por cientistas e pela sociedade civil foram ignoradas. Tentaremos nos mobilizar para que a votação não ocorra em março", afirmou, em nota publicada no site da entidade.

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO TÊM QUEDA DE 4,5% EM JANEIRO

Por Tarso Veloso | Valor

BRASÍLIA - No primeiro mês de 2012, houve queda na participação do agronegócio nas exportações brasileiras totais, passando de 33,9% em 2011 para 30,2% em janeiro deste ano. As exportações brasileiras do agronegócio somaram, no primeiro mês de 2012, US\$ 4,88 bilhões, queda de 5,3% em relação ao mesmo mês do ano passado, US\$ 5,15 bilhões. As importações também caíram 4,5% quando comparado com os números de igual período do ano passado, atingindo US\$ 1,19 bilhão. O saldo da balança comercial do agronegócio registrou um superávit de US\$ 3,69 bilhões, US\$ 215 milhões abaixo do saldo encontrado em janeiro do ano anterior.

Os principais produtos exportados do agronegócio foram carnes (US\$ 1,14 bilhão); produtos florestais (US\$ 702 milhões); complexo soja (US\$ 685 milhões); café (US\$ 605 milhões); e complexo sucroalcooleiro (US\$ 372 milhões). A queda no total de exportações foi puxada pelo complexo sucroalcooleiro, com uma redução de 52,7% em relação a janeiro de 2011 ou US\$ 413 milhões a menos. Cereais, farinhas e preparações também apresentaram queda nas exportações, com decréscimo de US\$ 45 milhões (-11,8%). Já dentre os setores que apresentaram crescimento, destacaram-se carnes, com um incremento de US\$ 100 milhões sobre os valores do ano anterior e complexo soja, com uma expansão de US\$ 86 milhões.

A China se manteve como principal mercado importador, com US\$ 388,8 milhões em compras e 8% de participação no total exportado pelo setor no primeiro mês deste ano. O segundo principal país importador de produtos do agronegócio brasileiro foi os Estados Unidos, com um valor de US\$ 388,2 milhões e participação de 8%, seguidos pelos Países Baixos (US\$ 320,6 milhões) e Alemanha (US\$ 242,4 milhões). O maior crescimento de importações comparando os meses de janeiro 2012/2011 foi de Hong Kong, com um aumento de 58,1% (de US\$ 125,8 milhões para US\$ 198,9 milhões). Já as principais perdas de participação, destaca-se a Rússia, que passou de um market share de 5,9% para 2,4%, graças ao embargo às carnes iniciado em junho do ano passado. (Tarso Veloso | Valor)

PRODUÇÃO GLOBAL DE CEREIS FOI RECORDE EM 2011, APONTA FAO

A produção global de cereais provavelmente alcançou recorde de 2,327 bilhões de toneladas em 2011, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A organização elevou sua estimativa anterior em 4,6 milhões de toneladas, de modo que a projeção é 4,6% maior do que em 2010.

"A produção global de cereais em 2011 deve ser mais do que suficiente para cobrir a utilização prevista para 2011/12. Um cenário melhor na oferta resultou em declínio dos preços durante o segundo semestre de 2011, com uma queda expressiva em dezembro", disse a FAO.

A organização atribuiu grande parte da revisão na estimativa aos grãos não refinados, cuja produção deve crescer 2,3%, para quase 1,152 bilhão de toneladas, ou seja, 4 milhões de toneladas a mais do que em dezembro. A FAO também elevou sua estimativa para

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

os estoques globais de cereais de 2011/12 em 5 milhões de toneladas, para 516 milhões de toneladas. As informações são da Dow Jones.

Fonte: Agência Estado

COMMODITIES AGRÍCOLAS

Valor Econômico - 09/02/2012

Mais um dia de queda Os contratos futuros de café negociados na bolsa de Nova York voltaram a sofrer desvalorização ontem. O recuo foi de 105 pontos, a US\$ 2,2260 a libra peso, para o contrato com vencimento em maio de 2012. O analista da Newedge, Marcio Bernardo, disse à agência Dow Jones Newswires que vendas de países produtores pressionaram os preços. Segundo ele, mais perdas podem estar a caminho, pois o mercado está extremamente vulnerável a notícias adversas sobre a economia europeia. Analistas acreditam que se a proposta de anistia ao vencimento de bônus da Grécia em 20 de março não for aprovada pelos credores, o mercado de café pode ser prejudicado. No mercado físico interno, o indicador de preço Cepea/Esalq registrou leve alta, de 0,10%, a R\$ 464,01 por saca de 60 quilos.

Sem embargo A decisão da Administração de Alimentos e Medicamentos dos EUA (FDA, na sigla em inglês) de não proibir as importações de suco de laranja do país derrubou os preços da commodity ao menor patamar em três semanas ontem na bolsa de Nova York. Os contratos com entrega em maio fecharam a US\$ 1,8505 por libra-peso, queda de 430 pontos, a segunda consecutiva. Analistas consultados pela Dow Jones Newswires notaram que, mesmo com a continuidade dos testes em cargas importadas, para medir a presença de um fungicida proibido nos EUA, a decisão da FDA abrandou temor em relação à oferta americana e as cotações deverão cair mais. Em São Paulo, a caixa de 40,8 quilos da laranja pera in natura, de mesa, caiu 6,31%, para R\$ 8,16 a caixa, segundo o Cepea.

Sob pressão Os preços futuros do algodão voltaram a cair ontem na bolsa de Nova York. Os contratos com vencimento em maio encerraram o pregão cotados a 95,18 centavos de dólar por libra-peso, uma desvalorização de 88 pontos. Segundo analistas ouvidos pela Dow Jones Newswires, os participantes do mercado ajustaram suas posições antes da divulgação, nesta quinta-feira, do relatório mensal de oferta e demanda do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A expectativa é que o relatório possa dar algum suporte às cotações. Os futuros da commodity vem sendo pressionados pelas preocupações com o fôlego da demanda chinesa pela pluma. No mercado interno, o indicador Cepea/Esalq para o algodão ficou em R\$ 1,7269 por libra-peso, queda de 0,20%.

Ajuste de posições As cotações do trigo voltaram a registrar quedas ontem nas principais bolsas americanas, pelo segundo dia seguido. Traders consultados pela agência Dow Jones Newswires creditaram o movimento a uma consolidação de posições por parte dos investidores tendo em vista a divulgação, hoje, do novo relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) sobre oferta e demanda de grãos no país e no mundo nesta safra 2011/12. Em Chicago, os contratos para maio encerraram a sessão a US\$ 6,6850 por bushel, queda de 3,75 centavos de dólar; em Kansas, o mesmo vencimento caiu 2 cents, para US\$ 7,17 por bushel. No Paraná, a saca de 60 quilos permaneceu, em média, a R\$ 23,31, conforme o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura do Estado.

RABOBANK IRÁ AUMENTAR FINANCIAMENTO AGRÍCOLA MUNDIAL

Por Bettina Barros | Valor

SÃO PAULO - O Rabobank, maior financiador agrícola do mundo, anunciou hoje que irá aumentar os empréstimos ao setor diante das expectativas de maior demanda por alimentos e da estagnação do crédito nos mercados europeus.

"Iremos elevar o financiamento agrícola mundial entre 10% e 20% por ano, por pelo menos cinco anos, na medida em que o crescimento da população pressiona a demanda por alimentos", disse Berry Martin, membro do conselho do Rabobank, em entrevista à Bloomberg. "O mercado vai crescer porque todo o

mundo está comendo mais. É uma grande oportunidade". A demanda global por alimentos poderá crescer 60% até 2050, segundo dados revisados da FAO, a agência da ONU para Agricultura e Alimentação.

De acordo com o executivo, os empréstimos do banco poderão ajudar a compensar o volume de crédito decepcionante na Europa e as exigências regulatórias mais rígidas para retenção de capital. Martin afirma que há grande expectativa de crescimento agrícola na América Latina. Mas o banco quer aumentar a sua atuação na Índia, país onde obteve licença para operar apenas no ano passado.

Sediado na cidade holandesa de Utrecht, o Rabobank provê empréstimos para agricultores, traders agrícolas e indústrias de processamento de alimentos em todos os continentes, assim como serviços bancários no mercado doméstico holandês. Até o fim de 2011, o banco contabilizou EUROS 80 bilhões (US\$ 106 bilhões) em empréstimos para o segmento, sobretudo agricultura e horticultura. No ano passado, o Rabobank abriu mais de 100 escritórios regionais em mercados desenvolvidos.

(Bettina Barros | Valor)

MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL DESISTEM DE RECURSOS CONTRA A SECA

Com a publicação do terceiro decreto coletivo nessa terça, dia 7, no Diário Oficial, 339 municípios do Rio Grande do Sul estão em situação de emergência. Desse total, 117 já receberam os recursos a que têm direito, o que significa quase um terço dos R\$ 18 milhões oferecidos pelo governo federal. De acordo com a Defesa Civil, outros 121 estão em processo de análise, mas 101 prefeituras ainda não demonstraram interesse em receber a verba. Entre os municípios que não enviaram a documentação exigida para que o repasse seja efetuado, 60 estão na lista dos homologados nessa terça e 41 fazem parte dos que poderiam pleitear a verba desde 10 e 16 de janeiro — datas em que os outros dois decretos coletivos foram oficializados.

Em levantamento realizado por ZH, das 41 prefeituras aptas a receber o dinheiro, mas que ainda não solicitaram à Defesa Civil, seis desistiram de receber a verba, duas estão analisando se ainda há necessidade do dinheiro e 28 estão concluindo os trâmites burocráticos para acessar o recurso. Cinco prefeituras não se pronunciaram sobre o repasse da verba.

Prefeituras reclamam do direcionamento da verba

São Leopoldo, no Vale dos Sinos, desistiu de receber o dinheiro porque ficou constatado que os prejuízos com a falta de chuva eram de nível um, o que significa que o município pode resolver os problemas com recursos próprios. Em Bom Princípio, a desistência se deu pela ocorrência de chuva, que amenizou os problemas enfrentados pelos agricultores.

Entre as prefeituras que não deram continuidade ao processo de captação de recursos também há as que criticam os critérios que direcionam os gastos e ainda não sabem ao certo o que fazer com o dinheiro.

O secretário de administração de Protásio Alves, Carlos Brancalione, diz que dois poços do município secaram e os recursos disponibilizados não podem ser utilizados na perfuração de novos, somente na revitalização. Por isso, a prefeitura, mesmo estando apta a receber o recurso, ainda não decidiu se vai acessar. Em Doutor Maurício Cardoso, o prefeito Marino Pollo desistiu do dinheiro porque a necessidade do município não é de cestas básicas e sim de aquisição de bebedouros.

De acordo com o coordenador da Defesa Civil no Estado, o tenente-coronel Oscar Moiano, o prazo para a retirada do recurso é de até 90 dias depois da data de publicação do decreto de situação de emergência no Diário Oficial. Ou seja, os municípios têm até o mês de abril para encaminhar a documentação necessária e ter acesso ao recurso.

Fonte: Zero Hora

GOVERNO SUBSIDIARÁ MILHO PARA RAÇÃO EM REGIÕES AFETADAS PELA ESTIAGEM NO SUL

Agência Brasil

O governo deve publicar nos próximos dias uma portaria interministerial de apoio à compra de milho a preço subsidiado por

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

pequenos produtores de aves, suínos e gado leiteiro do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, estados mais atingidos pela seca prolongada no sul do país. Segundo o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Caio Rocha, o preço de mercado do produto está em R\$ 30 por saca de 60 quilos, mas será oferecido a cerca de R\$ 20 para que os produtores prejudicados pela estiagem possam alimentar sua criação.

Para sustentar a competitividade das agroindústrias dos dois estados que também precisam de ração, o governo lançará leilões na modalidade Valor de Escoamento do Produto (VEP). Segundo Rocha, o preço final pago pela agroindústria ficará abaixo do preço de mercado, de R\$ 30, com a subvenção governamental.

Saiba mais...

Seca no Sul afeta safra de grãos 2011/2012, que pode ficar em 157 milhões de toneladas Milho amplia recorde da safra mineira em 2012

“O governo está trabalhando, dando condições ao produtor para que amenize as perdas que ele teve na questão do milho e não dá problema de abastecimento nem de competitividade”, disse Rocha. Ele explicou que, nas regiões mais atingidas do Rio Grande do Sul, as perdas dos produtores chegaram a 40% em relação ao milho, e, em Santa Catarina, a 35%.

O diretor de Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sílvio Porto, disse que a estatal tem estocado 1,8 milhão de toneladas de milho, sendo 1,5 milhão no estado de Mato Grosso.

Além dos leilões de milho, uma novidade que o governo colocará à disposição dos pecuaristas da Região Sul com problemas na oferta de ração é a possibilidade de participar de leilões para aquisição de trigo de forma subsidiada. A Conab já tem previsão de gastar R\$ 150 milhões na subvenção de aproximadamente 1 milhão de toneladas do produto, que agora também poderá ser destinada à ração.

MILHO AMPLIA RECORDE DA SAFRA MINEIRA EM 2012 PRODUTO RESPONDE POR 63,7% DA PRODUÇÃO TOTAL DE GRÃOS DO ESTADO

Estado de Minas

Publicação: 09/02/2012 15:25 Atualização:

A produção mineira de milho na safra 2012 deve alcançar 7,4 milhões de toneladas, um aumento de 13,5% em relação ao volume registrado no período ao ano passado. Os dados fazem do levantamento divulgado nesta quinta-feira pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), confirmando a previsão de um novo recorde na produção estadual de grãos, que deverá alcançar 11,6 milhões de toneladas.

Este volume representa um aumento de 9,4% na oferta mineira de grãos, informa a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Minas responde por 7,4% da produção total de grãos do Brasil. Para o montante da produção nacional a estimativa é de uma retração de 3,5% na comparação com a safra de 2011.

O superintendente de Política e Economia Agrícola da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, João Ricardo Albanes, enfatiza a importância do milho na progressão da safra mineira e que responde por 63,7% da produção total de grãos do Estado. “As lavouras de milho, espalhadas em 1,3 milhões de hectares, apresentam uma expansão de área plantada de 6,9% em relação ao período anterior”, explica.

A crescente demanda de milho e a consequente melhora dos preços nos mercados interno e externo estimularam os produtores a intensificar o uso de tecnologia, adotar boas práticas de cultivo e ampliar as áreas plantadas. Segundo Albanes, a produção de milho é beneficiada principalmente pelo grande consumo na avicultura, suinocultura e bovinocultura.

Governo subsidiará milho para ração em regiões afetadas pela estiagem no Sul Produção de milho 1ª safra em 2012 deve aumentar 7,9% Lavouras de milho, soja e feijão são as mais prejudicadas pela seca na Região Sul

Outro produto em destaque na estimativa de safra 2012 é a soja, que tem produção estimada de 3,1 milhões de toneladas, equivalentes a um aumento de 5,1%, embora a área plantada registre uma pequena redução. Albanes explica que os resultados

previstos para a safra de soja nas lavouras mineiras devem ser atribuídos em primeiro lugar às condições climáticas.

“Houve também o incremento da tecnologia nas lavouras de soja no Estado, o que possibilitou a obtenção de uma produtividade média de 3,0 toneladas por hectare, índice 7,4% superior ao registrado no período anterior”, acrescenta o superintendente. “Os produtores do Estado foram estimulados também pela boa cotação do produto nos mercados interno e externo. No cenário da produção nacional de soja, a previsão é de 69,3 milhões de toneladas ou retração de 8,1%.”

Para o trigo de Minas, a estimativa é de uma safra de 90,1 mil toneladas, aumento de 5,7% em relação ao ano passado. O bom resultado é devido principalmente à adoção do cultivo do cereal na entressafra de grãos, com o recurso da irrigação. Albanes ainda explica que a produção de algodão no Estado também apresenta boas perspectivas, com base no estudo da Conab. A projeção é de uma safra de 116,7 mil toneladas, um avanço próximo de 1,0%.

Safra mineira 2012

Total de Grãos: 11,6 milhões de t (+9,4%)

Milho: 7,4 milhões de t (+13,5%)

Soja: 3,1 milhões de t (+5,1%)

Trigo: 90,1 mil de t (+5,7%)

Com informações Agência Minas

IBGE REDUZ EM 0,81% A PROJEÇÃO PARA A SAFRA DE GRÃOS

Por Diogo Martins | Valor

RIO – A estiagem que atinge o Rio Grande do Sul provocou a revisão da produção brasileira de grãos em 2012 para 158,7 milhões de toneladas. Este número é 0,81% menor que a estimativa anterior e 0,7% abaixo do colhido na safra anterior. Os dados pertencem ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de janeiro, divulgado hoje.

“A seca afetou mais o Rio Grande do Sul e prejudicou, principalmente, as culturas de milho e soja. Atribui-se aos problemas climáticos a diminuição da produção desses grãos, porque a área de cultura deles aumentou naquele Estado e, mesmo assim, isso não alavancou a produção”, afirmou o gerente da coordenação de agropecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mauro Andreazzi.

Com a seca, a produção de milho no Estado gaúcho deverá cair 44,8% nesta safra, em relação à 2011, passando de 5,756 milhões de toneladas para 3,190 milhões. Esta diminuição provocou redução na participação do Rio Grande do Sul na produção nacional de milho, que caiu de 10,3% na safra 2011 para 5,1% na 2012. Ao todo, o Brasil produzirá, nesta safra, 62,518 milhões de toneladas, 1,5% a menos que na 2011. Entre 2011 e 2012, a área de milho plantada no Rio Grande do Sul foi elevada em 5%, para 1,154 milhão de hectares.

“O milho é plantado em todo o país, por isso, a diminuição de produção desse grão no Rio Grande do Sul não afetou fortemente a produção nacional” disse Andreazzi.

Já a produção de soja em 2012 no Rio Grande do Sul deverá cair cerca de 30% em relação a 2011, para 8,268 milhões de toneladas ante 11,721 milhões de toneladas, enquanto a área plantada no Estado aumentou 2,8% nesse período, para 4,197 milhões de hectares. Em razão da diminuição da produção do grão no Estado, a proporção do Rio Grande do Sul na produção nacional dessa cultura deve cair de 15,5% para 11,8%. O IBGE estima que a produção de soja no país seja de 70 milhões de toneladas na safra 2012, menos 6,4% que o observado na safra passada.

(Diogo Martins | Valor)

USDA PREVÊ QUEDA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO

Por Carine Ferreira | Valor

SÃO PAULO - O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reduziu a estimativa da produção mundial na temporada 2011/12 para 864,11 milhões de toneladas ante 868,06 milhões de toneladas na projeção de janeiro.

O relatório de oferta e demanda também diminuiu os estoques finais de 128,14 milhões para 125,35 milhões de toneladas. A grande responsável pela redução da produção global foi a queda

Deputado Federal **MOREIRA MENDES**
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

na Argentina, de quatro milhões de toneladas, para 22 milhões de toneladas previstas em fevereiro. A safra brasileira foi estimada em 61 milhões de toneladas, mesmo número do relatório do mês anterior.

(Carine Ferreira | Valor)

QUEDA DE PREÇOS DOS ALIMENTOS AJUDA A REDUZIR RITMO DE INFLAÇÃO EM SÃO PAULO

Marli Moreira, Repórter da Agência Brasil

São Paulo - O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) na cidade de São Paulo, ficou em 0,42% na primeira prévia de fevereiro, ante 0,66% no fechamento de janeiro. É a menor variação do ano. A maior contribuição veio do grupo alimentação, que teve queda de 0,34% ante uma alta de 0,5%.

A maior taxa continuou sendo a do grupo educação, mas com oscilação abaixo da verificada na medição passada (6,42%). Em habitação, o IPC apresentou elevação de 0,37% ante 0,31%. Além desse grupo, apenas o de saúde apresentou índice com taxa acima da registrada na apuração anterior, com 0,51% ante 0,4%.

No grupo transportes, houve alta de 0,14% ante 0,31%; em despesas pessoais, de 0,79% ante 0,87%; e em vestuário, de 0,48% ante 0,60%.

PRODUTORES PEDEM QUE GOVERNO INVESTIGUE IMPORTAÇÕES DE LEITE

Os produtores de leite querem que o governo investigue o expressivo crescimento das importações de lácteos em janeiro deste ano, pois suspeitam de triangulação nas vendas por países vizinhos. A proposta foi apresentada nesta quarta, dia 8, ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, pelo presidente da Câmara Setorial do Leite, Rodrigo Alvim. O ministro se reuniu pela manhã com dirigentes das 27 câmaras setoriais e sete temáticas vinculadas à pasta. As câmaras são fóruns consultivos, com participação de representantes dos setores público e privado.

Segundo Alvim, as importações de lácteos dispararam no mês passado e atingiram o equivalente a 200 milhões de litros de leite. Ele comenta que somente as importações de leite em pó do Uruguai somaram 6,28 mil quilos, volume 67% acima dos 3,75 mil importados em janeiro do ano passado. O total de importação de leite em pó somou 11,1 mil quilos e de queijos, quatro mil quilos.

Alvim suspeita que outros países estejam utilizando o Uruguai como escala para entrar no mercado brasileiro, aproveitando-se da tarifa zero no comércio dentro do Mercosul.

– É uma concorrência predatória, que desestrutura a produção nacional – argumenta o dirigente.

Ele afirma que o crescimento expressivo na importação ainda não teve pressão sobre os preços internos por causa da redução da captação de leite, provocada pela estiagem no Rio Grande do Sul e excesso de chuvas em Minas Gerais.

Tanto os produtores de leite como os criadores de gado de corte pedem uma reformulação no programa de combate a brucelose e tuberculose. Na opinião do presidente da Câmara Setorial de Carne Bovina, Antenor Nogueira, nos moldes atuais o programa não funciona, pois a adesão é voluntária e não existe um fundo para indenizar os produtores no caso de sacrifício dos animais. Os pecuaristas também pedem a isenção de PIS/Cofins na aquisição da ração e do sal mineral. Outra reivindicação é o fim da taxa na exportação de couro, que representa uma transferência de renda para a indústria, de acordo com Nogueira.

Fonte: Agência Estado

TESOURO AUTORIZA EMISSÃO DE R\$ 49 BI EM TÍTULOS PARA COBRIR PREJUÍZO COM RESERVAS INTERNACIONAIS

Kelly Oliveira e Daniel Lima, Repórteres da Agência Brasil

Brasília - O Tesouro Nacional autorizou a emissão de R\$ 49,155 bilhões em títulos (notas do Tesouro Nacional, Série B) para cobrir o resultado negativo que o Banco Central registrou no primeiro semestre de 2011 com a administração das reservas internacionais. A portaria que autoriza a emissão foi publicada hoje

(9) no Diário Oficial da União. Esse tipo de título é corrigido pela inflação.

A taxa de juros será 6% ao ano, com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O pagamento de juros ocorrerá semestralmente.

O acúmulo de reservas internacionais é alvo de críticas de economistas devido ao custo de formação das reservas, com rentabilidade menor do que o valor que o país paga para manter os recursos. Mas, para o governo, as reservas funcionam como uma proteção em momentos de crise e é um indicador para investidores de que a economia é estável. Na crise de 2008, parte das reservas foi usada para ajudar, por meio de empréstimos, empresas com dificuldades de acesso ao crédito no exterior.

O prejuízo com a administração das reservas é sempre coberto pelo Tesouro Nacional. O valor do repasse ao BC é aprovado no Orçamento anual.

Edição: Juliana Andrade

FAO ADOTARÁ CONTROLE DE VENDA DE TERRAS PARA ESTRANGEIROS, DIZ JOSÉ GRAZIANO

A FAO adotará no próximo mês uma regulação para as vendas de terras agrícolas para estrangeiros. A meta do diretor da entidade, José Graziano, é a de regular essa prática, que vem dominando o mundo nos últimos anos com a China e países árabes buscando terras na África e no Brasil para produzir. A FAO garante que não é contra a venda de terras para estrangeiros.

– Mas isso tudo precisa ser regulado – alertou Graziano.

Em 2010, dados coletados por ONGs apontam que um território do tamanho da França teria sido vendido por governos africanos para empresas estrangeiras e para outros governos, em busca de garantir o fornecimento de alimentos em um momento tenso nos mercados.

– Temos muito poucas terras novas disponíveis no mundo – alertou Graziano, que aponta para a América do Sul e a Savana Africana como os únicos reservatórios ainda restantes de terras virgens.

– Tirando essas regiões, não há mais para onde expandir – declarou.

A corrida por terras fez a própria FAO há um ano alertar os países africanos para o risco do "neo-colonialismo", com governos como o da China desembarcando em locais miseráveis e alugando terras por 99 anos para realizar uma produção que é integralmente embarcada para alimentar os chineses.

Uma série de multinacionais também seguiu o mesmo caminho e projetos incluem até mesmo a chegada de brasileiros em Moçambique.

– Em março deveremos terminar as diretrizes sobre a compra de terras. Serão recomendações para investidores e, com isso concluído, esperamos que governos adotem esse marco em suas leis nacionais. O que ocorre é que a maioria dos países não tem legislação – declarou Graziano, que completou seu primeiro mês na direção da FAO.

No caso do Brasil, Graziano aponta que as leis são suficientes.

– Precisa haver uma regulação. Sabemos o que ocorre quando os mercados não são regulados – acrescentou o brasileiro.

Paul Bulcke, CEO da Nestlé, admite que um desembarque de uma empresa ou governo estrangeiro em um país não pode acarretar na compra de todas as terras aráveis daquela região e nem prejudicar a população legal. Mas, defensor de mercados livres e da abertura de economias, o chefe da maior empresa de alimentos do mundo deixa claro que simplesmente proibir a compra de terras por estrangeiros não é a solução.

– A questão é de senso comum – avaliou Bulcke.

Fonte: Agência Estado

PRODUTORES AGRÍCOLAS DO PR QUEREM DISCUTIR NOVAS TARIFAS FERROVIÁRIAS

Por Rafael Bitencourt | Valor

BRASÍLIA – Os produtores agrícolas do Estado do Paraná querem maior prazo para analisar as novas tarifas-teto do setor ferroviário que foram apresentadas no mês passado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Segundo a Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), instituições e empresas do

setor vão formalizar o pedido de adiamento do fim da consulta pública realizada pela agência para tratar do assunto.

O período para envio de críticas e sugestões à ANTT deverá ser encerrado nesta sexta-feira. O processo de revisão das tarifas será o primeiro desde a assinatura dos contratos de concessão.

Em nota, a Faep informou que, juntamente com outras empresas usuárias do transporte ferroviário, vai solicitar à agência no mínimo mais 90 dias de consulta pública. O pedido de prorrogação de prazo, segundo a entidade, é para eliminar uma série de dúvidas sobre o modelo de revisão da tarifa-teto; propor reunião técnica para explicação do modelo matemático apresentado; e apurar dados do setor referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011.

“Esses esclarecimentos são necessários porque não há clareza no modelo desenvolvido pela ANTT para a fixação das tarifas-teto, teoricamente baseado fundamentalmente nos itens distância e produto transportado”, informou a Faep em comunicado.

A federação ainda aponta risco de que, “na prática, a revisão não traria nenhuma mudança no mercado”. Um dos pontos ressaltados é o fato de uma das partes do modelo ter utilizado dados de 2008 e o conjunto de números das concessionárias ser de 2009.

“Acredita-se que o modelo já tem uma defasagem considerável de pelo menos três anos”, argumentou a entidade. “Cada ano tem um referencial e em 2009 tivemos a redução de movimentação de cargas em geral devido à crise internacional, o que pode levar o modelo a gerar tarifas-teto com esse viés, prejudicando os usuários do transporte ferroviário”, justificou o economista da Faep, Pedro Loyola.

(Rafael Bitencourt | Valor)

RIO+20 CORRE RISCO DE NÃO CHEGAR A LUGAR NENHUM, ALERTA EX-MINISTRO

SÃO PAULO - “Tenho muito medo dessas reuniões gigantes se transformarem em uma imensa masturbação intelectual sem compromissos”, disparou Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do primeiro mandato do governo Lula, à plateia de representantes do agronegócio. Ele se referia à Rio+20, a conferência sobre desenvolvimento sustentável da ONU no Rio de Janeiro, em junho.

O engenheiro agrônomo tinha à sua frente três representantes do governo brasileiro -- do Ministério das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e da Agricultura --, todos envolvidos com a preparação da conferência. “Não sou político nem diplomata, vou dizer umas coisas um pouco complicadas”, prosseguiu, ao fim do fórum “Despertar para a Rio+20”, no hotel Maksoud, em São Paulo, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). “O mais grave é a perda de protagonismo das organizações internacionais e da própria ONU”. A Rio+ 20, segundo ele, é uma forte oportunidade para que a ONU “retome seu protagonismo verdadeiro”.

“Precisaríamos encontrar um tema que fosse de interesse global e que ninguém poderia ir contra”, continuou, sugerindo a segurança alimentar e energética com sustentabilidade. “O Brasil tem obrigação de levar adiante esse tipo de projeto. Não sejamos freiras no prostíbulo”.

O Brasil, na sua opinião, tem que aproveitar a Rio+20 para “reagir” e “fazer com que o Código Florestal vire uma grande bandeira de vantagens nossas”. Ele continuou com farpas. “Vamos enfrentar com vigor as pedradas que vêm de fora. Precisamos ter pedras na mão, embrulhadas como um sonho de valsa”. A plateia ria.

Para Fernando Lyrio, assessor extraordinário para a Rio+20 do MMA, o tema sugerido por Rodrigues pode ser um dos assuntos de debate nos Diálogos da Sociedade, entre 16 a 19 de junho, antes da conferência dos chefes de Estado e de governo.

O Brasil é anfitrião do evento e tem todo interesse em tornar forte o resultado político da Rio+20, explicou o diplomata André Correa do Lago, chefe do Departamento de Meio Ambiente e dos negociadores brasileiros para a Rio+20. Mas na ONU as decisões são tomadas por consenso entre todos os países e a agenda do evento também segue esse rito.

(Daniela Chiaretti | Valor)

NOVO MARCO REGULATÓRIO DO BIODIESEL DEVE SER ANUNCIADO EM MARÇO

Por Tarso Veloso | Valor

BRASÍLIA - O novo marco regulatório do biodiesel deve ser anunciado no início de março, de acordo com o Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). O deputado se reuniu hoje com Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, e representantes da União Brasileira do Biodiesel – Ubrabio.

Na sexta-feira está marcada uma reunião com a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel, subordinada à Casa Civil da Presidência da República, para concluir a proposta de um novo marco regulatório para o setor a pedido da Ministra da Casa Civil, Gleise Hoffman.

(Tarso Veloso | Valor)

CÂMARAS SETORIAIS APRESENTAM DEMANDAS DO SETOR AO MINISTRO DA AGRICULTURA

Investimentos em logística e infraestrutura, controle das importações dos países do Mercosul, registros para novos agroquímicos, isenção de carga tributária, melhoria dos programas sanitários animal e vegetal e criação de mecanismos de proteção à produção. Estas foram algumas das reivindicações apresentadas ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, nessa quarta-feira (8-2), pelos presidentes das Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), neste primeiro encontro, em Brasília. Sete das 34 Câmaras são comandadas por presidentes de Comissões Nacionais da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) ou por lideranças que representam a entidade nestes colegiados, que funcionam como fóruns consultivos, com reuniões periódicas para debater questões relacionadas aos segmentos do agronegócio.

Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística e vice-presidente diretor da CNA, José Ramos Torres de Melo Filho, pediu o apoio do ministro para ampliar os investimentos em hidrovias e portos da região conhecida como Corredor do Arco Norte, que abrange importantes produtores de grãos, como Mato Grosso, além dos Estados do Norte e do Nordeste. Segundo ele, o escoamento da produção de grãos até estes terminais portuários desafogaria a demanda de cargas que chega aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), os mais movimentados do País. “Produzimos 131 milhões de toneladas de soja e milho e apenas 16% desta produção são exportados pelo Arco Norte”, explicou Torres de Melo, que também defendeu medidas para ampliar a utilização das ferrovias e a aprovação do Projeto de Lei 3009/97, em tramitação na Câmara, que prevê a construção simultânea de eclusas com usinas hidrelétricas.

A melhoria das condições de logística também foi defendida pelo presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja e vice-presidente da CNA, Rui Prado, principalmente para a região Centro-Oeste, para facilitar o transporte da oleaginosa até os portos. Segundo ele, as despesas com transporte na produção, diante da precariedade dos modais existentes no Brasil, totalizam, em média, R\$ 2,5 bilhões por ano. Prado, que também preside a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), pediu o apoio do MAPA para acelerar o registro de novos agroquímicos para controle e erradicação da ferrugem asiática, praga que costuma atacar a lavoura da oleaginosa, causando prejuízos aos agricultores. “Precisamos de agilidade para impedir a destruição de nossas lavouras, porque temos hoje poucos produtos e eles são caros”, disse.

Já o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina e do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da CNA, Antenor Nogueira, defendeu a reestruturação do programa sanitário do Ministério da Agricultura para o combate à brucelose, doença que tem atingido o rebanho bovino, preocupando os pecuaristas. “É um programa bem antigo, que nunca funcionou”, argumentou. Outras demandas apresentadas por Nogueira foram a isenção do PIS/Cofins sobre a ração e os suplementos minerais utilizados na alimentação dos animais, além do apoio do Governo para financiar programas de desenvolvimento sustentável da pecuária, a inserção do sistema de confinamento de gado no Programa ABC e o fortalecimento da rede de laboratórios do MAPA que trabalham com a atividade pecuária.

*Deputado Federal MOREIRA MENDES
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária*

Para o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados e da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, o principal problema enfrentado pelo setor lácteo é o volume de importação de leite em pó da Argentina e do Uruguai, em detrimento do produto nacional. Mesmo após o acordo fechado com a Argentina para a importação de até 3,3 mil toneladas por mês, o volume que entrou no Brasil em janeiro superou a cota estabelecida e voltou a preocupar o setor. No caso do Uruguai, ainda não há acordo para limitar a importação do produto e a quantidade importada pelo País no mês passado foi superior a seis mil toneladas. “Não quero afirmar nada, mas será que o Uruguai produz o suficiente para exportar seis mil toneladas ao Brasil em um mês? Será que está havendo triangulação de fora do Mercosul via Uruguai? É um fato que começa a gerar desconfiância”, questionou.

O prejuízo com as importações de países do bloco econômico também foi levantado pelo presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz e representante da CNA no colegiado, Francisco Lineu Schardong. Segundo afirmou, o volume do cereal oriundo dos países vizinhos tem pressionado para baixo os preços pagos aos rizicultores. Para ele, a situação não foi pior por causa de algumas medidas tomadas pelo Governo para exportar a produção.

O seguro rural para a fruticultura foi outro ponto discutido no encontro e reivindicado pelo presidente da Câmara Setorial de Fruticultura do MAPA e da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA, Carlos Prado. “Produzir fruta no Brasil, hoje, é um cassino, no qual jogamos no escuro, sem garantia alguma para as perdas”, justificou, solicitando maior agilidade na liberação de novos agroquímicos para o setor. A formalização do abate de animais, a criação de um programa de melhoramento genético e a isenção de PIS/Cofins sobre a suplementação matrizes foram reivindicadas pelo presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos, Edilson Maia, que também preside a Comissão Nacional do setor na CNA.

Fonte: CNA

DILMA COBRA RESULTADOS E PRAZOS PARA ENTREGA DAS OBRAS DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Luana Lourenço, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Em visita às obras de transposição do Rio São Francisco, a presidenta Dilma Rousseff reconheceu hoje (8) que o projeto estava parado em alguns lotes e disse que, depois de renegociar e ajustar valores dos contratos, o governo vai cobrar o cumprimento de metas e prazos para a entrega das obras.

Em agosto de 2011, o Ministério da Integração Nacional reestimou o custo da obra de R\$ 5 bilhões para R\$ 6,85 bilhões devido a reajustes contratuais, à necessidade de aditivos, à elevação de preços para licitação de novos lotes e aos custos com compensações ambientais. Na ocasião, as obras estavam completamente paradas em cinco lotes e em pelo menos outros três, seguiam em ritmo lento.

“Negociamos, resolvemos os problemas técnicos que havia e, agora, queremos resultados. E isso será cobrado. O recado que vou dar para os consórcios é o seguinte: nós não atrasamos pagamentos, escutamos os pleitos. Aqueles que nós consideramos tecnicamente justificados, o ministro aceitou, fez um processo de renegociação e, a partir de agora, vamos cobrar metas, resultados concretos”, disse a presidenta depois de visitar um dos lotes da obra, no município de Floresta (PE).

Dilma disse que, além da viagem de hoje, deve voltar a vistoriar pessoalmente as obras da transposição este ano e que o acompanhamento será feito sistematicamente pelo governo. “Teremos uma supervisão praticamente mensal. Não queremos obras atrasadas, não queremos saber que não deu certo no fim do ano. Queremos saber antes, porque isso permitirá que a gente faça a nossa parte, resolva o que disser respeito ao governo. E permitirá também que a gente cobre dos consórcios”.

Segundo a presidenta, a obra é prioritária por levar água a municípios nordestinos que sofrem com a seca e pelo investimento público que o projeto representa. “Para o Brasil, é importante o investimento público, vamos tirá-lo do papel. Sabemos que, para o

Brasil crescer, para melhorar as condições de vida, tem certas obras que são estruturantes, são prioritárias”, avaliou.

Na segunda etapa da visita, em Juazeiro do Norte (CE), a presidenta reconheceu a paralisação das obras em alguns trechos, mas disse que o ritmo deverá ser retomado, com o estabelecimento de metas e prazos. “É óbvio que houve uma desmobilização, não estamos aqui negando os fatos. Houve uma desmobilização em alguns momentos porque era necessário recompor as condições contratuais, principalmente porque os contratos foram feitos baseados em elementos que não eram os definitivos”.

Ainda nesta quarta-feira, Dilma terá uma reunião com empresas que estão tocando parte das obras de transposição do São Francisco.

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que acompanha a presidenta na vistoria, disse que, a partir de março, 13 dos 16 lotes da obra estarão com ordens de serviço emitidas e frentes de trabalho em ação. “Estamos remobilizando as obras. O momento mais crítico das negociações foi superado, e a presença da presidenta reafirma a prioridade do governo, a segurança de que os recursos estão reservados”, avaliou.

Segundo o ministro, os demais lotes serão licitados novamente até junho. Amanhã (9), Dilma continua em viagem pelo Nordeste, em visita a trechos das obras da Ferrovia Transnordestina.

Edição: Lana Cristina

DESACELERAÇÃO GLOBAL PODE DERRUBAR PREÇOS (ARTIGO)

O ESTADO DE S. PAULO - SP Análise: Fabio Silveira

A tendência é de queda dos preços em dólar dos produtos agrícolas. O motivo é a desaceleração da economia global, provocada pela recessão que apenas começou na Europa, além da recuperação modesta da economia americana e da desaceleração da China.

Do ponto de vista dos fundamentos, o horizonte do lado da demanda não sugere significativa elevação do consumo até o primeiro semestre do ano que vem. Por outro lado, temos uma perspectiva de elevação da produção em escala global, porque os preços vigentes nos últimos 18 meses servem de estímulo.

O ritmo de crescimento menor e a oferta maior devem elevar os estoques médios. Isso leva a uma previsão de queda de aproximadamente 10% dos preços médios em dólar (2012 versus 2011).

A queda pode ser menor, em torno de 5%, por causa do aumento da liquidez no mercado internacional.

O Banco Central Europeu, por exemplo, vem injetando recursos para os bancos desde dezembro último.

A China também contribui para aumentar a liquidez na Ásia. Isso estimula movimentos especulativos nos mercados futuros de commodities, como ocorreu nos anos 2007 e 2008.

A exacerbação da especulação pode elevar os preços na "margem", mas não deve fazer com que os preços médios de 2012 sejam superiores aos de 2011. Logo, não se vislumbra risco de maior pressão inflacionária no Brasil até o primeiro semestre do ano que vem.

Do lado das exportações, a receita do Brasil deve cair para US\$ 240 bilhões em 2012, ficando abaixo dos US\$ 256 bilhões em 2011.

* É SÓCIO-DIRETOR DA RC CONSULTORES